
José Casalta Nabais · Suzana Tavares da Silva

DIREITO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

LEGISLAÇÃO

2.^a EDIÇÃO


ALMEDINA

Resumo de Direito Do Patrimonio Cultural Legislacao

Nota a 2a Edicao Esgotada a 1.ª edicao, impunha-se proceder a publicacao da 2.ª Facto que aproveitamos para levar a cabo algumas alteracoes, seja porque surgiram novos diplomas legais, seja porque tenha havido modificacoes nos ja publicados.

As novidades desta segunda edicao residem, no plano do direito internacional, na Convencao da UNESCO para a salvaguarda do patrimonio cultural imaterial e na Convencao europeia da paisagem e, no plano nacional, na publicacao de diplomas legais que contemplam solucoes inovadoras (ha algum tempo referenciadas pela doutrina) em materia de gestao e valorizacao do patrimonio cultural, como e o caso da lei-quadro dos museus e do regime excepcional de reabilitacao urbana.

Para alem da inclusao destes novos instrumentos normativos, procedemos tambem a actualizacao dos que ja constavam da primeira edicao. Destacam-se, neste ambito, a publicacao da versao portuguesa da Convencao da UNESCO sobre patrimonio cultural subaquatico, as alteracoes do regulamento (CEE) n.º

752/93 e as modificacoes em materia de beneficios fiscais no ambito da tributacao do patrimonio. Marco de 2006 Os organizadores Indice Nota Previa I - CONSTITUICAO DA REPUBLICA PORTUGUESA II - DIREITO INTERNACIONAL 1.

Concordata entre a Santa Se e a Republica Portuguesa 2. Convencoes da UNESCO 3. Convencao do UNIDROIT sobre bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, aprovada em Roma em 1995 4.

Convencoes do Conselho da Europa 5. Convencao das Nacoes Unidas sobre o Direito do Mar III - DIREITO COMUNITARIO 1. Regulamento (CEE) n.º 3911/92, de 9 de Dezembro, relativo a exportacao de bens culturais 2.

Regulamento (CEE) n.º 752/93, de 30 de Março, que estabelece normas de execução do Regulamento (CEE) n.º 3911/92 do Conselho, relativo a exportação de bens culturais 3. Directiva 93/7/CEE do Conselho, de 15 de Março, relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilícitamente do território de um Estado-membro IV - LEGISLAÇÃO NACIONAL 1.

Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro) 2. Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 3.

Decreto-Lei n.º 27:633, de 6 de Abril de 1937 4. Lei do Património Cultural Subaquático (Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho) 5. Benefícios Fiscais e Estatuto do Mecenato 6.

Lei orgânica do Ministério da Cultura (Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio) 7. Lei orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico (Decreto-Lei N.º 120/97, de 16 de Maio) 8.

Lei orgânica do Instituto Português de Arqueologia (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio) 9. Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Decreto-Lei n.º 284/93, de 18 de Agosto) 10.

Autoridade Marítima Nacional 11. Criação e gestão de parques arqueológicos (Decreto Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio) 12. Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto) 13.

Regime Jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas (Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio) 14. Código Penal Português ANEXOS Outros instrumentos relativos ao Património Cultural Critérios relativos à Classificação de Bens Culturais e Naturais, no âmbito da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural Bens Portugueses inscritos na Lista do Património Mundial Sítios (Sites) Relacionados com o Património Cultural

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)